



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005521-30.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Extinção da Execução**
 Embargante: **Lillian Daisy Adilis Ottobrine Costa**
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Passo ao julgamento conjunto dos processos **1509087-95.2016.8.26.0566** (execução fiscal) e **1005521-30.2018.8.26.0566** (embargos à execução fiscal).

Primeiramente, afasto a tese de inadmissibilidade dos embargos em virtude de penhora parcial ocorrida à fls. 13/15 - execução.

A Lei Federal nº 6.830/80 garante ao executado o oferecimento de embargos, no prazo de 30 dias, contados da intimação da penhora (art.16, inc. III), mas condiciona a admissibilidade dessa defesa à garantia da execução fiscal (art.16, par.1º).

Prevalece o entendimento jurisprudencial de que a garantia parcial da execução não obsta o recebimento dos embargos, pois conquanto haja a disposição do parágrafo 1º do artigo 16 da Lei de Execução Fiscal, é certo que a penhora insuficiente pode a qualquer tempo ser reforçada ou substituída pela Fazenda (artigo 15, inciso II, da referida lei), garantindo integralmente o juízo.

Neste sentido:

“APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. Penhora insuficiente. Recebimento dos embargos. Possibilidade. Não pode a insuficiência da penhora configurar óbice ao recebimento dos embargos, a fim de que não haja violação ao direito de acesso à Justiça e ao devido processo legal. Fazenda Pública que pode requerer o reforço da penhora. Precedentes. Recurso provido, para anular a sentença de extinção, determinando o prosseguimento dos Embargos à Execução Fiscal. (Apelação nº 3001157-60.2013.8.26.0079, Relatora: Maria Laura Tavares, 5ª Câmara de Direito Público, j. em 30/11/2015).”

“PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS A EXECUÇÃO. ADMISSIBILIDADE. GARANTIA PARCIAL DA EXECUÇÃO. 1. A exigência de garantia como requisito para admissibilidade de embargos à execução fiscal encontra previsão na Lei n. 6.830 /80,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em seu artigo 16, in verbis: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução. [...]" 2. Todavia, referido dispositivo não exige que mencionada garantia seja integral, tendo a jurisprudência pátria consagrado entendimento no sentido de que, ainda que parcialmente garantida a execução fiscal, é possível o recebimento de embargos do devedor, desde que a constrição alcance valor relevante. Precedentes: STJ, 2ª Turma, REsp 80.723/PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 16.06.2000, DJU 1º.08.2000, p. 218; STJ, 2ª Turma, REsp 899.457/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 07.08.2008, DJe 26.08.2008. 3. Examinando os autos, entretanto, verifico existir grande discrepância entre o valor representado pelas penhoras na conta corrente (R\$ 806,31 e R\$ 350,45 - fls. 28/30) e o valor consolidado do débito na CDA (R\$ 5.776,58 - fls. 19/24), o que, por óbvio, indica a total irrelevância dos bens penhorados para a garantia da execução. Dessa forma, parece-me necessário o reforço da penhora para o recebimento dos embargos do executado. 4. Agravo de instrumento improvido. (TRF 3ª Região - Processo, AI 20413 SP 0020413-58.2013.4.03.0000, Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA, Julgamento: 5 de Dezembro de 2013, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL CECILIA MARCONDES)". G.n.

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. DEPÓSITO JUDICIAL. GARANTIA DO JUÍZO. A admissibilidade dos embargos à execução não poderá ser negada ao embargante em face da insuficiência da penhora, haja vista a possibilidade da integral garantia do juízo mediante reforço, consoante entendimento já adotado pelo C. STJ em sede de recurso especial submetido ao rito do art. 543-C, do CPC, REsp n. 1.127.815/SP. Inteligência do art. 15, II, da LEF. Art. 16, § 1º, da LEF, que deve ser compatibilizado com a regra do art. 5º, XXXV e LV, da CF. Sentença de extinção anulada. Recurso provido para anular a sentença e remeter os autos à origem para o prosseguimento dos embargos. (Apelação nº 0103580-86.2013.8.26.0100, Relatora: Desembargadora Heloísa Martins Mimessi, 5ª Câmara de Direito Público, j. em 07/12/2015)."

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. INSUFICIÊNCIA DA PENHORA. ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. 1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.127.815/SP, em 24.11.2010, Relator Ministro Luiz Fux, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, consolidou entendimento segundo o qual a insuficiência da penhora não impede o recebimento de embargos do devedor na execução fiscal. 2. "A eventual insuficiência da penhora será suprida por posterior reforço, que pode se dar "em qualquer fase do processo" (Lei 6.830/80, art. 15, II), sem prejuízo do regular processamento dos embargos." (REsp 1115414/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/05/2011, DJe 26/05/2011). Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 261421/AL, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, julgado em 23.4.13)." g.n.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

No mais, tendo em vista o pedido formulado pela exequente às fls.60/66 da execução, **HOMOLOGO** a desistência apresentada e **JULGO EXTINTA** a execução fiscal nº 1509087-95.2016, com base no artigo 26 da Lei nº 6.830/80.

Por consequência, ante a perda do objeto dos embargos à execução, **JULGO EXTINTO, SEM APRECIÇÃO DE MÉRITO**, os embargos nº 1509087-95.2016, nos termos do artigo 485, incisos VI, do CPC.

Estabelece o artigo 26 da LEF que: *Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.*

No entanto, a exequente deve ser condenada ao pagamento de honorários ao advogado da parte executada, em razão do princípio da sucumbência, porquanto cabíveis nas desistências formuladas em executivo fiscal, após a citação e oferecimento de defesa nos autos. (Precedentes: REsp 508.301/MG, j. em 26/08/2003).

Isto porque a manifestação de desistência da exequente ocorreu somente após a citação e oferecimento de embargos pelo executado.

No caso, o executado foi obrigado a contratar advogado a fim de se defender, pelo que cabíveis honorários advocatícios a seu favor.

Neste sentido:

“APELAÇÃO - Execução Fiscal - IPTU - Exercício 2011- Cancelamento da CDA com fundamento no artigo 26 da LEF - Pretendido o afastamento da condenação da verba honorária - Descabimento. Pedido de extinção do feito formulado após a apresentação de manifestação pelo executado - Incidência dos princípios da causalidade e da sucumbência - Sentença mantida - Recurso não provido. (0501139-63.2011.8.26.0318. Relator(a): Cláudio Marques; Comarca: Leme; Órgão julgador: 14ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 06/04/2017; Data de registro: 10/04/2017)”.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. CITAÇÃO EFETIVADA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS DEVIDOS. PRECEDENTES. . Agravo regimental contra decisão que negou seguimento ao recurso especial da agravante. 2. Acórdão a quo segundo o qual, *extinta a execução fiscal em face do cancelamento da inscrição da dívida ativa, após a apresentação de embargos, exceção de pré-executividade ou instrumentalização de forma outra de defesa, deverá a*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

exequente arcar com o pagamento dos ônus sucumbenciais, uma vez que o executado foi compelido a contratar advogado para representá-lo em juízo, fazendo jus ao ressarcimento de tais despesas. 3. O art. 26, da Lei de Execuções Fiscais (nº 6.830/80), estabelece que “se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de dívida ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução será extinta, sem qualquer ônus para as partes”. 4. No entanto, pacífico o entendimento nesta Corte Superior no sentido de que, em executivo fiscal, sendo cancelada a inscrição da dívida ativa e já tendo ocorrido a citação do devedor, mesmo sem resposta, a extinção do feito implica condenação da Fazenda Pública ao pagamento das custas e emolumentos processuais. 5. Aplicação da Súmula nº 153/STJ: “a desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência”. Precedentes. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 551.251/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/11/2003, DJ 19/12/2003). G.n.

Ante o exposto, **CONDENO** a Fazenda Pública do Município de São Carlos ao pagamento de eventuais despesas de reembolso adiantadas pela parte executada e de honorários advocatícios que fixo, por equidade, por analogia inversa ao artigo 85, §8º, do CPC, em R\$1.000,00 (um mil reais).

DEFIRO o levantamento dos valores depositados às fls. 84/86 (embargos).

Expeça-se mandado de levantamento em favor do executado. Providencie a serventia o necessário.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotações necessárias.

Traslade-se cópia para os autos da execução.

P.I.

São Carlos, 29 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**